

OS GUARANI NO OESTE DO PARANÁ:

espacialidade e resistência



Sarah Lurkiv Gomes Tibes Ribeiro*

Pretende-se com a elaboração deste artigo pôr em evidência a presença de indígenas nesta região antes do início da colonização contemporânea da mesma. Este intento está fundamentado em fontes geradas por diferentes representantes da sociedade nacional, mesmo que rarefeitas, e em circunstâncias em que a memória permitir, nas narrativas dos índios. Justifica-se este escopo pelo imperativo de desconstruir o que grande parte da historiografia circunscrita a temas locais tem contribuído para corroborar, ou seja, a idealização do Oeste enquanto um “vazio demográfico”,¹ *sertão desabitado*, ao qual se povoa e faz progredir, com base na colonização de áreas supostamente vagas.

Atribui-se a conquista destes territórios que se presumem ermos, às, designadas genericamente, *frentes pioneiras*, similares à *frontier*² norte-americana. A imagem do deserto de gente é manipulada com o propósito de avalizar a incursão indiscriminada de trabalhadores nacionais por estas paragens. Alega-se que a Oeste o avanço é lento e gradual, sem grandes movimentos populacionais, atribuindo a parca ocupação que distingue a zona à presença de “caboclos, posseiros e invasores que desmatam a floresta e praticam uma agricultura primitiva”³. Estas asseverações salientam a presunção de que as imediações se caracterizam pelo vazio, abandono e primitivismo, o que leva a crer que uma iniciativa colonizatória neste local pode ser de veras promissora.

A representação de um Oeste paranaense desocupado ou pelo menos, destituído de pessoas habilitadas a alçá-lo às esferas do progresso é tributária das metas de expansão do capitalismo, “que incorpora uma nova área ao seu sistema produtivo, desmistificando a noção de um processo harmonioso e pacífico elaborado pela ótica colonialista”⁴. Diante desta concepção, possessões indígenas são qualificadas como espaços ideais a serem inseridos no âmbito da economia nacional e subseqüentemente capitalista. Atribui-se a preferência pelos sítios aludidos à suposta ociosidade que distingue estas terras e, ao mesmo tempo, à propalada fertilidade dos seus solos.

Conforme Motta,⁵ os responsáveis pela projeção do imaginário das *terras virgens*, bem como pelo surgimento do mito do *pioneiro colonizador*, são agentes determinados da sociedade nacional. Através de discursos e ações, estes núncios dos poderes instituídos, dentre os quais se incluem as companhias colonizadoras, representantes governamentais, os geógrafos dos anos de 1930 a 1950 e historiadores desta mesma época, vinculados às Universidades e voltados para a pesquisa de temas paranaenses, fornecem o substrato que legitima a atuação dos conquistadores contemporâneos. Conquanto se atente para o papel desempenhado pelos segmentos citados, reputa-se que o elemento basilar na catalisação e

centrifugação dessas noções utópicas é o livro didático. A repercussão que este tipo de material granjeia acaba por reificar para milhares de estudantes a quimera do *heroísmo pioneiro* e do *vazio demográfico*.

É interessante sublinhar que grande parte da historiografia relativa ao Oeste paranaense, os manuais destinados aos ensinos fundamental e médio e a memória coletiva, conjugam-se, perpetuando a idealização do processo colonizatório, uma conquista concretizada por obra do *povo escolhido*, que *civiliza* confins inabitados e corrobora o domínio sobre os terrenos anteriormente ocupados pelas sociedades nativas, rotulando-as como elementos da natureza. A expropriação dos territórios guaranis, desta forma, é endossada com base na presunção da superioridade dos neófitos sobre o *outro* e porque, afinal, está se transformando este setor em partícipe e cooperador do *desenvolvimento nacional*.⁶

Dentre as fontes escritas passíveis de consulta, tributárias na ratificação do Oeste paranaense como parte do território tradicional dos Guarani, a mais expressiva é uma Escritura Pública de Declaração,⁷ documento que *traduz* os resultados do trabalho arqueológico desenvolvido pela equipe do Professor Igor Chmyz, autorizando o acesso a um cabedal riquíssimo de informações organizadas referentes à presença dos Guarani nestas terras.

Fotógrafo: João Luiz Scopel **Data:** 5/4/2000

Local: Área Indígena de Santa Rosa de Oco'y

Descrição: Uma habitação tipicamente guarani próxima a dois “galpões” destinados a proteger animais e utensílios agrícolas das intempéries. Recostado à moradia, o índio Guarani, morador da casa, tem à sua frente um elemento comum na espacialidade dos grupamentos destes índios, o “terreiro”. Este, um local de sociabilidade e extensão da moradia. Na imagem é possível observar utensílios agrícolas e animais domésticos. Não obstante todos estes elementos, evidencia-se a redução territorial a que foram submetidos os Guarani no Oeste paranaense em função da formação do Lago de Itaipu, aspecto perceptível através da proximidade com as águas do reservatório, elemento fundante na luta empreendida pelos guaranis por aproximadamente 14 anos no intuito de obterem um terreno mais adequado à sua espacialidade característica, tal como é possível vislumbrar através do texto.

O professor Igor, Titular do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Paraná/UFPR, coordenou durante o período abrangido pelos anos de 1975 a 1983, o Projeto Arqueológico ITAIPU, resultante de um convênio firmado entre a Binacional e o então Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.⁸

Adotando como suporte documental os dados contidos na Escritura, é lícito reconhecer que, desde tempos imemoriais, diferentes parcialidades Guarani habitam os limites hoje definidos como região Oeste do Paraná. A pesquisa arqueológica alcança épocas extremamente remotas, não obstante, em virtude da circunscrição temporal determinada para este estudo, avalia-se pertinente restringir as atenções para etapas mais próximas daquelas em que ocorrem os eventos que são objetos do presente estudo.

Destarte, inicia-se com uma breve explanação relativa ao final do século XIX. Naquele momento, alega-se haver a intenção do Governo Imperial em *nacionalizar* estes sítios, submetendo-os aos ditames dos poderes centrais. Os propósitos de abasileiramento se mostram no mínimo incongruentes, uma vez que o Estado inaugura seu trabalho com a concessão de terras da região a companhias estrangeiras, empresas que, caracterizadas pelas atividades extrativas e predatórias, empregam em grande parte mão-de-obra Tupi-Guarani, num regime de semi-escravidão. Segundo Chmyz, tal forma de contato leva a uma *“desestruturação social e cultural acentuada”*.⁹

A magnitude do significado, para a sociedade indígena, da utilização indiscriminada e, muitas vezes, compulsória de sua força de trabalho é explicitada pelo Projeto Arqueológico ITAIPU, mais especificamente em sua fase Assuna, que corresponde à averiguação do espaço geográfico situado na margem esquerda do rio Paraná, entre a cidade de Foz do Iguaçu e a margem esquerda do rio São Francisco Falso, com extensão aproximada de setenta quilômetros. O professor Igor assegura que esta área de dispersão coincide com informes de José Maria de Brito, cronista da expedição fundadora da Colônia Militar, datada de 1889. *“Segundo Brito, a costa do rio Paraná, da foz do rio Iguaçu até 72 km acima era ocupada, no momento da fundação, por poucos brasileiros e muitos índios e estrangeiros”*.¹⁰

O Projeto Arqueológico ITAIPU está concluído e publicado, consistindo num trabalho de extrema relevância sobre diversos aspectos da história e arqueologia do Oeste Paranaense. Neste estudo, todavia, opta-se pelo emprego dos informes incluídos na Escritura Pública mencionada, reputando-se que a mesma consiste numa sistematização da pesquisa arqueológica levada a efeito.

As pequenas propriedades agrícolas, progressivamente disseminadas a partir de 1940 e dedicadas, principalmente, à policultura e suinocultura, cedem espaço, após as décadas de 1970 e 1980, às lavouras mecanizadas. A mecanização agrícola tem como finalidade capital a produção voltada para a exportação, distinguindo-se por uma forma de ocupação do espaço que praticamente inviabiliza a coexistência com outros segmentos populacionais. Diante disto, os grupos familiares esparsos da fase Assuna acabam por ser desalojados.

Defende-se que os elementos demonstrados pela Escritura legitimam a afirmativa de que o Oeste consiste, desde os tempos mais longínquos, em parte do território tradicional guarani, do mesmo modo que parte de seus deslocamentos devem ser imputados à expansão de uma sociedade impositiva e excludente, para a qual a sociedade nativa representa um obstáculo a transpor ou eliminar.

Um laudo antropológico elaborado por Rubem Thomaz de Almeida a pedido de ITAIPU¹¹ notifica que, dentro das fronteiras do Estado brasileiro, estão situados três subgrupos Guarani. São eles os *Pai-Tavytera*, ou *Kaiowa*, os *Mbyá* e os *Nandeva*. A zona de dispersão dos *Pai-Tavytera* é o Sul do Estado do Mato Grosso do Sul e locais limítrofes no Paraguai. Os *Mbyá* se alastram por uma extensão mais ampla, assentando-se em campos nos Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, bem como nas províncias de *Misiones* e *Entre Ríos* na Argentina e Leste paraguaio.

É possível localizar comunidades *Nandeva* em múltiplos domínios apreendidos como seus territórios tradicionais. Dentre esses, inclui-se o setor que abrange as terras próximas ao Rio Iguatemi, no Mato Grosso do Sul, e a serra de Maracaju, que se estende pelo Sudeste

paraguaio, até atingir o rio Jejuí. No Paraguai, eles fixam aldeias nas cercanias do rio *Acaray*. Eles também percorrem as margens dos rios Paraná e Iguaçu, alastrando-se em direção ao Leste, alcançando as cabeceiras dos rios Piquiri, Ivaí, Tibagi e Paranapanema. Permanecem, outrossim, alguns assentamentos deste subgrupo no litoral e no interior do Estado de São Paulo.

No caso do Oeste paranaense, os *Nandeva* consideram como seu, o território que separa as cidades de Foz do Iguaçu e Guaíra, às margens do rio Paraná e seus afluentes, compreendendo aproximadamente 20.000 quilômetros quadrados. O avanço dos *brancos*, em suas diferentes fases de expansão, no entanto, restringe sobremaneira, os espaços em que lhes é permitido estabelecer aldeias ou simplesmente caminhar. Processo semelhante se passa entre grupos *Mbyá*, que não tendo o Oeste como área tradicional, são compelidos por força das frentes de conquista a migrarem até estas paragens.

O cerceamento paulatino dos locais passíveis de ocupação pelos povos indígenas faz com que estes se dirijam à beira do rio Paraná, instituindo aldeias nas bordas de alguns de seus afluentes, provavelmente desde os anos de 1960, “compondo o *tekohá guasu* de Jacutinga, formado por grupos familiares assentados nas margens dos rios Jacutinga, *Oco’y*, *Guaxirõ*, *Guaxirõ’y*, Bela Vista, *Pirito*, *Passo Kuê* e Porto Irene”¹². Conclui-se, por conseguinte, e até aqui exclusivamente a partir de documentos escritos, produzidos com base em interesses de segmentos diversos da sociedade nacional, pela pertinência em reconhecer a legitimidade do Oeste paranaense como espaço tradicional dos Guarani.

É inegável que os dados angariados por vezes se apresentam incompletos. Pondera-se, todavia, que a despeito dos lapsos da memória e da dificuldade representada pela diversidade cultural, as narrações dos velhos Guarani proporcionam um conhecimento dificilmente impetrado através de outras vias.



Apesar de estar se tratando de um tempo tão remoto, afinal são mais de sessenta anos passados, estima-se que o principal mérito das palavras colhidas é corroborar a presença e dispersão dos Guarani por todo o Oeste, anterior às primeiras frentes de migrantes nacionais, desqualificando qualquer hipótese de *vazio demográfico*.

Os representantes da sociedade nacional que assolam estas paragens assumem facetas variadas, de acordo com o contexto em que estejam inseridos, tendo em comum, no entanto, a apropriação desordenada das terras indígenas. Desta forma, o assentamento de aldeias, bem como a materialização de sua espacialidade típica, tornam-se cada vez mais improváveis. Observe-se que o surgimento das frentes de expansão implica na limitação inexorável dos terrenos onde é permitido aos nativos permanecerem, obrigando-os a se fixarem ou perambularem pelo interior dos parques lugares ainda livres da presença de não-índios, levando os Guarani a transmudarem esses recantos em seus novos espaços.

A espacialidade guarani implica em aldeias relativamente distantes umas das outras, compostas por habitações e parcelas para cultivo não muito próximas entre si. Visualize-se, portanto, a dificuldade dos Guarani, e a conveniência para os agentes do Estado-nação, imbuídos do sistema de valores de uma sociedade *moderna*, para validar uma forma de organização territorial que rotulam como ociosa. Essa concepção autoriza aos núncios dos poderes institucionalizados, caso seja oportuno, ignorarem a existência dessa sociedade indígena em lugares determinados.¹³

Atualmente, permanecem no Oeste pouco mais de seiscentos índios Guarani, dos quais algumas famílias *Mbyá*, e uma maioria *Nandeva*, concentradas basicamente em dois locais distintos. O primeiro, denominado Área Indígena de Santa Rosa do *Oco’y*, localiza-se no interior do município de São Miguel do Iguaçu e compreende uma extensão de cerca de 230 hectares. Foi oficialmente demarcada pela FUNAI em 1982. A outra Reserva, situada no município de Diamante do Oeste, perfaz aproximadamente 1770 hectares e sua obtenção resultou de um longo embate travado entre este grupo indígena e os representantes da Usina Hidroelétrica de Itaipu durante aproximadamente catorze anos.¹⁴

Avalia-se, igualmente, que as contingências que atingem a comunidade Guarani no Oeste explicitam o que se passa em outras regiões do Brasil, quando frações da sociedade nacional se apossam indiscriminadamente de terras indígenas. Diante disto, esses povos são percebidos como reles obstáculos a remover, restando-lhes como alternativa sobreviverem acossados em pequenas parcelas dos seus territórios tradicionais.

Evidenciando que a região desde tempos imemoriais é território guarani e que a disponibilidade de espaços a vivenciar é reduzida radicalmente à medida que sobrevém o *progresso*, faz-se relevante apreciar alguns dados concernentes à espacialidade dessa sociedade. Pondera-se que os lugares preferidos por estes índios para se estabelecerem são dotados de particularidades relativamente constantes. Nesta perspectiva, Melià¹⁵ certifica que há uma conformação geográfica típica, fora da qual é improvável que se depare com os Guarani, a não ser numa conjuntura de crise de quaisquer ordens. Saliente-se que a retenção em terrenos específicos é elemento constitutivo do modo de ser deste povo, entendendo-se que sua vivência está vinculada diretamente, nunca liberta, nem abstraída, das condições da terra.

O espaço guarani, *locus* da reprodução das relações sociais e, em conseqüência, da própria sociedade, decorre *a priori* da escolha de um lugar pleno de estabilidade, dotado de características determinadas. O espaço é, portanto, o lugar praticado,¹⁶ instância na qual a sociedade se materializa, produz-se e se reproduz, bem como confere a si própria inteligibilidade, levando em conta vetores de direção, velocidade e a variável tempo.¹⁷

Os relatos desses índios expressam de maneira modelar como os Guarani significam sua presença na região, além de refletir alterações no seu modo de viver vinculadas com a nova configuração espacial que se concretiza com o avanço da colonização. Para Certeau¹⁸ o espaço é fruto do enlaçamento aos lugares através das lembranças, repletas de espíritos múltiplos, ali escondidos e em silêncio e que se pode evocar ou não. Casimiro clama pelos espíritos que fazem nascer histórias.¹⁹

Os Guarani, longe de serem nômades, são itinerantes ou caminhantes por excelência. Esta particularidade da sociedade não impede que a agricultura encerre um papel de extremo relevo na subsistência dos grupos. Pelo valor que o labor agrícola assume para a sobrevivência dos coletivos, a fertilidade do solo é mais significativa do que as probabilidades de caça, pesca ou coleta verificadas em determinada área. Como horticultores que são, portanto, estes índios procuram para viver e, em efeito, constituir em espaços guaranis, lugares em que a terra seja dotada de qualidades que facilitem a lida na lavoura, permitindo uma maior produtividade.²⁰

A peculiaridade de eternos andantes faz com que não se fixem indefinidamente nos lugares, criando e recriando espaços continuamente. Antes de tudo, o perambular denota a produção e a reprodução do mundo com base no movimento: “Ao caminhar, o mundo é ampliado (...) sem fronteira, em construção e podendo ser constantemente expandido”.²¹ Formando-se aldeias, estas se distinguem por uma distância razoável entre as habitações e as partes destinadas ao cultivo. A unidade aldeã manifesta-se em instâncias variadas com a função específica de concentração da vida coletiva, como a casa de reza, por exemplo, e a realização de diversos rituais em comum, bem como as relações de reciprocidade, dentre outros.

A relação com o território que pode ser divisada entre os *Nandeva* e *Mbyá* e o Oeste paranaense é passível de ser explicitada por uma característica peculiar da espacialidade guarani, ou seja, a mobilidade destes índios está circunscrita por uma configuração territorial específica²², concebida como um movimento cíclico que tem como fundamento elementos sócio-culturais ou econômicos. “Desta forma a circularidade constitui-se na mobilidade exercida pelo grupo no interior de um espaço conhecido e delimitado culturalmente, entendido como território”.²³

Assentar suas aldeias em espaços determinados não significa que o Guarani vá permanecer nas mesmas indefinidamente. É um andante por excelência; ele sai em busca de caça, pesca, frutos, terrenos férteis, dentre outros, variando sua ausência de poucas horas até vários meses, ou mesmo anos. Os deslocamentos, alicerçados no sistema de valores da sociedade indígena, assumem em

circunstâncias de interações com os *outros* a conotação de “*mecanismo que lhes proporcionou respostas aos desafios gerados a partir do contato interétnico*”.²⁴ Há ocasiões, inclusive, em que esses índios trabalham para aqueles que chamam de *brancos*, abrindo picadas, auxiliando no plantio e nas colheitas como assalariados. Nestas situações, ele costuma edificar uma moradia de taquara, ou matéria-prima similar, nas proximidades do local onde devem exercer o seu labor.

O indivíduo ou a família que se ausenta do seu local de origem temporariamente espera retornar. Em face das contingências, no entanto, quer sejam inerentes à dinâmica interna do coletivo, às relações com o entorno ou geradas pela conjugação de ambos os fatores, as migrações podem ser individuais, de famílias nucleares, de grupos numerosos ou até mesmo de aldeias inteiras, pólos centrífugos e centrípetos da vida em sociedade.²⁵

As visitas a outras aldeias são bastante comuns, ensejos nos quais é possível reafirmar os laços sociais ou étnicos através de trocas e rituais que garantem a perpetuação do *bom modo de viver* dos Guarani. Reitera-se que outro vetor de sua remoção é a transposição de aldeias inteiras com certa freqüência, sendo difícil determinar uma causa única para tal fato. Garlet²⁶ credita este gênero de traslado a fatores de ordem interna e externa.

Dentre os fatores de ordem interna, inserem-se as razões relacionadas à cosmologia, à busca do lugar ideal a ser transmudado em espaço guarani, aos elementos econômicos e sociais e eventuais disputas no interior do grupo. Quanto à ingerência externa, o motivo mais plausível é a recrudescente expropriação territorial que tem assolado as sociedades indígenas e a política indigenista levada a efeito pelo órgão tutor.²⁷

Caminhando, o Guarani realiza o que Certeau²⁸ denomina como “*a arte de fazer o espaço*”, aleatoriamente pondo em xeque e atualizando uma ordem regional instituída, bem como seu conjunto de possibilidades e proibições. A arte de transformar lugares, a partir de práticas microbianas e singulares, possibilita a consolidação da espacialidade dos Guarani. Os caminhantes, nas suas idas e vindas, variações e improvisações, alteram injunções territoriais, permitindo partidas e regressos, com a função itinerante de propagar e manter vivas as memórias dos antepassados.

A espacialidade guarani não se distingue por um caráter impositivo, o que se exprime pela disposição em compartilhar com interlocutores diversos um território que concebe como seu. Esta abertura para o *outro*, ou melhor, para a história, inerente à teia de sentidos destes índios, viabiliza que a sociedade reconstrua seus espaços nos mais ínfimos recônditos onde isto ainda é possível. A despeito das interações constantes com diferentes agentes do Estado-nação e as auto-alterações decorrentes, os Guarani persistem em sua singularidade e até mesmo numa espécie de insularidade, olvidando que não existem mais as mesmas condições de concretização da espacialidade de outrora. As suas palavras sobre o espaço, ao rememorem-no, desgastam seu significado primário e *real*, fazendo nascer uma geografia poética que o atualiza e recria constantemente.

Nos relatos dos Guarani a respeito de sua vivência no Oeste, transparece a idealização de um passado sonhado. Delineia-se um lugar em que há uma ordem definida, com regras claras relativas às relações de coexistência entre os componentes dos grupos presentes, excluída qualquer probabilidade de que elementos internos ou alógenos interfiram nas maneiras de viver e na organização de cada coletivo. É a plenitude da estabilidade.

Espacialidade, todavia, representa o lugar praticado, o que traz em si transformações, acentuadas pela intervenção cada vez mais efetiva da sociedade nacional sobre terrenos outrora guaranis. A despeito das adaptações do corpo social às interferências e expropriações, a verdade é que o presente tem infligido à sociedade indígena um universo de fragilidade e perdas. Quando o Guarani rememora, entretanto, expressa uma terra quimérica, perfeita, na qual há abundância de milho e liberdade para caminhar. Ele procura neste passado os elementos de compreensão, de construção e, porque não, de manipulação do hoje.

Os discursos constroem os espaços por meio das falas dos sujeitos históricos, exercendo a função cotidiana e móvel de demarcação de fronteiras, analisando-se que as mesmas são compostas de fragmentos tirados de histórias anteriores e conjugadas num todo único. Assim, formam-se os mitos, reputando-se que as palavras são atos culturalmente criadores de espaços.²⁹

O espaço implica na realização prática do modo de ser e viver dos Guarani. Importa dizer que todos os aspectos da vivência desta sociedade são plenos de transcendência ou religiosidade.³⁰ O exercício adequado desta dimensão é determinante para o bom andamento das relações familiares, políticas, sociais e de subsistência. A obediência aos ensinamentos dos ancestrais assegura abundância de caça, pesca, e, principalmente, colheitas fartas. Casimiro afirma que o *Deus* faz com que a família tenha abastança de alimentos, qualquer que seja o significado que *Deus* assuma para ele.³¹

O Guarani contemporâneo demonstra uma capacidade admirável na reconstrução de espaços dotados de peculiaridades análogas aos *tekohá* tradicionais.³² Conclui-se, outrossim, que o Oeste paranaense, desde tempos imemoriais, é terra de Guarani, ainda que a inexorabilidade do avanço da sociedade nacional esteja constantemente sujeitando-os a criações e recriações da sua espacialidade e do próprio território. Assim, este povo é hábil em interagir com as vicissitudes impostas pelos interlocutores que se sucedem, auto-alterando-se, mas sem deixar de se auto-identificar como Guarani.³³

Neste sentido, o contato interétnico não representa desestruturação cultural, mas revela a envergadura de um povo, que, com base em padrões culturais específicos, mantém relações com *outros* distintos. Ele elabora e adapta o exterior, transformando-se a partir da incorporação de hábitos e utensílios intrínsecos aos grupos em relação, revestidos de novos significados.

Notas

¹ Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/PUCRS. Professora Adjunta do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em História, CCHEL, Campus Universitário de Marechal Cândido Rondon - Universidade Estadual do Oeste do Paraná/UNIOESTE. Endereço eletrônico: sarah@fsnet.com.br — sarah1401@hotmail.com.

¹ MOTTA, Lúcio Tadeu. *As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)*. Maringá: EDUEM, 1994.

² MARTIN, André Roberto. *Fronteiras e nações*. São Paulo: Contexto, 1994.

³ SWAIN, Tânia Navarro. Fronteiras do Paraná: da colonização à migração. In: AUBERTIN, Catherine (org.). *Fronteiras*. Brasília/Paris: EDUNB/Orstom, 1988, p.19-37.

⁴ MOTTA, op. cit., p. 9.

⁵ *Idem*.

⁶ “A ideologia corrente alimenta um conceito de natureza externa à sociedade, à espera de ser possuída. Assim o norte e o oeste paranaense, da metade do século XIX em diante, com suas florestas, campos, rios, rochas, terras roxas, climas amenos, aguardariam a sua internalização no processo de produção da sociedade industrial moderna” (MOTTA, op. cit., p. 10).

⁷ O documento 36 e o documento 63 fazem parte do Arquivo da Usina Hidroelétrica ITAIPU Binacional, que permitiu sua consulta e reprodução. Os registros reprografados foram organizados e passaram a compor o Fundo Documental OS GUARANI E ITAIPU, atualmente sob os cuidados pessoais da autora, considerando que o acesso a essas fontes requer autorização prévia dos representantes da Usina. DOC. 36: Pasta: 1990, Seção: Escrituras, Título: Escritura pública de declaração, Assunto: Registro de conclusões de achados arqueológicos, Data: 06.02.1990. Registrada no 12 O Tabelionato de Curitiba/PR. Dr. Epaminondas Faria de Macedo Filho. Emitente: Professor Doutor Igor Chmyz.

⁸ CHMYZ, Igor et al. (coord.). *Projeto Arqueológico Itaipu: relatório das pesquisas realizadas na área de Itaipu*. Curitiba: Convênio Itaipu/IPHAN, 1987. 7 vol.

⁹ DOC. 36, 06.02.1990: 2.

¹⁰ DOC. 36, 06.02.1990: 2.

¹¹ DOC. 63: Pasta: 1995, Seção: Laudos, Título: Laudo antropológico. Assunto: Laudo sobre a indianidade dos Guarani e legitimidade da reivindicação dos 1500 hectares, Data: 14.10.1995, Local: Rio de Janeiro. Emitentes: Rubem Thomaz de Almeida (antropólogo)/FUNAI/ITAIPU.

¹² DOC. 63, 14.10.1995.

¹³ “O colono vai chegando devagarinho e depois foi aumentando, e ele faz o que ele quer. Veio polícia, queima casa tudo, até que eu tenho foto daquele tempo, mas eu perdi foto que queimou a casa. Era aquela fumaça que sai e tiroteio (...) tá louco (...) assusta tudo. Morreu índio também. Meu pai morreu (...) morreu de bala, acertou na cabeça. Daí que eu saí um pouco, fiquei uns oito anos no Paraguai, daí voltei de novo, voltei ali na área que chama Guarani, é uma área grande perto de Foz do Iguaçu, só que o branco tá cheio demais, quando chega lá em 60, 70 já tá cheio de branco lá” (Depoimento oral: Depoente: CENTURIÃO, João. Idade: cerca de 85 anos, Data: 13.07.2000, Coletado por: Sarah Lurkiv Gomes Tibes Ribeiro e Evaldo Mendes da Silva, Idioma falado pelo depoente: português e guarani, Tradução: Justino Duarte de Souza, Local: casa do depoente na aldeia do Oco’ý, Transcrição: Sarah Lurkiv Gomes Tibes Ribeiro).

¹⁴ RIBEIRO, Sarah Lurkiv Gomes Tibes. *O horizonte é a terra: manipulação da identidade e construção do ser entre os Guarani no Oeste do Paraná (1977-1997)*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/PUCRS, 2002. Tese de Doutorado.

¹⁵ MELIÀ, Bartomeu. A terra sem mal dos Guarani: economia e profecia. *Revista de Antropologia*, n. 33, 1990, p. 33-46.

¹⁶ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000. Tomo I.

¹⁷ “O espaço a ser habitado representa sempre uma parte da natureza que deve ser humanizada, culturalizada, tornado em morada dos homens e das divindades (...). Mas ao fazê-lo, os Mbýá não se colocam enquanto alguém que está fora da natureza, mas alguém que exerce uma função culturalizante sobre a natureza, ao mesmo tempo em que é parte indissociável da natureza que deve ser culturalizada. A natureza recebe os contornos sagrados a partir da intervenção da cultura, ou da ação humana, sobre ela” (GARLET, Ivori José. *Mobilidade Mbýá: história e significação*. Porto Alegre: PUCRS, 1997. Dissertação de Mestrado, p. 160).

¹⁸ *Idem*.

¹⁹ “A primeira aldeia principal era lá em Cataratas. Lá começou a aldeia, e começaram as famílias a aumentar, aumentar, e daí se espalharam, veio mais pra cá (...) tem lugar que se chama Mboycí, tinha um rio ali, então iniciou outra aldeia e vindo pra cá. Quem contou a história também não lembra que ano que foi. Mas só que começou a segunda aldeia foi em Mboycí. Terceiro começou ali em Guarani, e aí nas Três Lagoas, e assim vindo pra cá. Ali no Barro Preto também outra aldeia, e no Passo Kuê, no Jacutinga, aí no Itacorá, depois em Santa Helena tinha aldeia, mais pra cá tem outra aldeia (...) diz que tinha muita aldeia nessa região, até em Guaíra tinha uma comunidade também. Pelo que a história foi contada naquele tempo vivia com a natureza, comia raiz, fruta, água limpa, não é como hoje. Os Guarani diminuiu por causa que na época da colonização abria estrada, colonizava a terra, e começando mandar correr índios das casas, se não quer deixar casa, queimava casa, quem não quer sair matava. Por isso que diminuiu muito a comunidade. E a história foi essa”. (Depoimento oral: Depoente: PEREIRA, Casimiro Tupanembi. Idade: 40 anos, Data: 01.06.2000, Coletado por: Sarah Lurkiv Gomes Tibes Ribeiro e Evaldo Mendes da Silva, Idioma falado pelo depoente: português e guarani, Local: Posto da FUNAI, em Santa Rosa do Oco’ý, Transcrição: Sarah Lurkiv Gomes Tibes Ribeiro)

²⁰ MELIÀ, op. cit.

²¹ GARLET, op. cit., p. 156.

²² “As sociedades humanas apresentam em comum a necessidade de uma referência espacial para projetar-se ontológica e culturalmente. O território é o locus onde uma sociedade vive e se reproduz de acordo com seus preceitos culturais (...). O território de uma sociedade comporta elementos que fazem parte de sua identidade e da sua concepção de mundo” (GARLET, id: 17).

²³ GARLET, op. cit., p. 17.

²⁴ *Idem*, p. 140.

²⁵ “Quem saía trabalhar lá pra Cascavel, Medianeira, Pato Bragado, Itacorá, quando terminava o serviço, voltava pra área de Jacutinga. Então lá tinha cacique, tinha nossos avós mais antigos morando lá, nunca saíram de lá. Então as pessoas novas saem para trabalhar pro colono, pro fazendeiro, e quando termina o serviço lá pra fora, volta pra aldeia. E assim andava, trabalhava quebrando milho, carpia soja, eu tinha muito serviço. Fui até um pouco lá pro Paraguai também atrás do serviço. Porque índio Guarani era assim, onde aparece patrão, eu te pago tanto, vamos lá trabalhar, um mês, dois meses, quinze dias, e vem de novo, era assim” (Depoimento oral: Depoente: SOUZA, José Duarte de. Idade: 48 anos, Data: 06.07.2000, Coletado por: Sarah Lurkiv Gomes Tibes Ribeiro e Evaldo Mendes da Silva, Idioma falado pelo depoente: português e guarani, Local: escola da Área Indígena de Santa Rosa do Oco’ý, Transcrição: Sarah Lurkiv Gomes Tibes Ribeiro).

²⁶ GARLET, op. cit.

²⁷ “A gente gostava de viajar ou visitar parente porque naquela época tinha muitas frutas, tinha riqueza, tinha peixe, e sempre os índios Guarani faziam festa. Nós a cada tempo tinha uma reunião, uma festa e ia a pé. Ficava lá três, quatro dias, uma semana, um mês até, depende, então voltava de novo pra outra área. Às vezes, um vinha pegava semente de milho, levava pro vizinho lá longe, ou buscava de lá. Então a gente leva o balainho, uma bolsa, o cachorrinho junto e buscava semente noutra área e levava mensagem do pajé junto, pajé mora também num lugar, o pajé vai lá fazer a festa” (SOUZA, depoimento oral em 06.07.2000).

²⁸ CERTEAU, op. cit., p. 200.

²⁹ *Idem, ibidem*.

³⁰ “Eu tenho certeza que Guarani tinha antepassado que foi perdendo a terra. Eu penso assim porque quando eu morava lá em Guaíra, trabalhava por lá, tinha mais ou menos quinze anos. Naquela época tinha muito Guarani, ali tinha muitas pessoas e tudo Guarani. E ninguém falava pra nós, lá não podia fazer fogo, lá não podia cortar madeira, você não podia ficar lá, ninguém falava assim pra nós. Então era liberdade pra nós, naquela época era liberdade pra nós” (SOUZA, depoimento em 06.07.2000).

³¹ “Quando o meu pai plantava arroz, feijão, feijão de vara, tudo isso, ele pega com a mão a vara de madeira, finca no chão, daí abre a terra, fazendo um oco ali. Tirava de uma sacolinha na base de quatro sementes, ele já fala pro Deus: você tá vendo tudo que eu vou plantar, que não é só pra mim, é pra todos os meus comer. Mas agora, se a gente não pensar com gosto, às vezes vem seca, não chove mais. Muitos anos atrás se plantava, meu pai ficava assim olhando, ensinando a gente plantar, mas só falando com Deus, e aí dá muito milho, uma espiga dessa que não consegue comer tudo, porque o Deus ajuda, dá poder, dá proteína, o Deus mesmo ajuda” (PEREIRA, depoimento em 01.06.2000).

³² MELIÀ, op. cit.

³³ São imagens impregnadas de valores, muitos deles conflitivos. Imagens que implicam a simultaneidade de sistemas culturais em confronto, onde não há um movimento unívoco que simplesmente afirme ou negue a identidade do outro (NOVAES, Sylvia Caiuby. *Jogo de espelhos: imagens da representação de si através dos outros*. São Paulo: EDUSP, 1993, p. 45).

